Na verdade, no caso do diploma não ratificado, cabia ao presidente do Tribunal seleccionar as contas a devolver aos serviços, enquanto neste é a lei que subtrai determinadas contas a julgamento.

8. Finalmente, resta acrescentar que as medidas ora adoptadas contêm a virtualidade de permitir no futuro uma actuação do Tribunal de Contas exercida em tempo útil, na medida em que, ao dispensarem os competentes serviços da Direcção-Geral da análise de acentuado volume de contas de gerência de anos transactos, os libertam para a preparação atempada e sem delongas das contas legalmente sujeitas a julgamento do Tribunal.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — Das contas de gerência actualmente pendentes na Direcção-Geral do Tribunal de Contas e ainda não entradas na fase jurisdicional, por distribuição, apenas serão submetidas a julgamento:

- a) Aquelas em que tenham sido detectados ou haja forte suspeita de alcances ou de irregularidades graves;
- b) As de serviços e organismos quando, na conta da sua última gerência julgada, hajam sido verificados alcances ou irregularidades graves;
- c) As que, excepcionalmente, o presidente do Tribunal mandar submeter a julgamento.

2 — Serão sempre submetidas a julgamento as contas dos tesoureiros da Fazenda Pública e das alfândegas, bem como as dos agentes consulares, e, ainda, aquelas onde haja responsabilidade de tesoureiros caucionados.

3 — Para a execução do disposto neste artigo, o director-geral apresentará ao presidente do Tribunal relação das contas, ordenada segundo a respectiva antiguidade e com expressa indicação do condicionamento referente a cada uma.

Art. 2.º — 1 — As contas não mencionadas no artigo anterior não estão sujeitas a julgamento, devendo voltar aos serviços responsáveis.

2 — Excepcionalmente, poderão as contas referidas no número anterior ser chamadas a julgamento durante o prazo de cinco anos, quando tal seja ordenado pelo presidente do Tribunal, por iniciativa própria ou a requerimento fundamentado do Ministério Público, do director-geral ou de qualquer interessado que demonstre para o efeito legitimidade, nos termos do Código de Processo Civil.

3 — Para execução do disposto no n.º 1, o director-geral elaborará lista das contas por aquele preceito abrangidas, que submeterá a despacho do presidente.

4 — O despacho mencionado no número anterior será notificado aos serviços responsáveis, por carta registada com aviso de recepção, dispondo os mesmos do prazo de quinze, trinta e quarenta e cinco dias, conforme se localizem, respectivamente, no concelho de Lisboa, fora dele, mas no continente, ou nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, para procederem ao seu levantamento.

5 — O prazo referido no n.º 2 contar-se-á a partir da data de recepção da carta registada, constante do respectivo aviso.

6 — O extravio das contas ou da correspondente documentação, devolvidas aos serviços responsáveis, nos termos do presente artigo, fará incorrer os seus autores em responsabilidade civil, disciplinar e criminal.

Art. 3.º O pessoal admitido ao abrigo do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 100/80, de 5 de Maio, poderá efectuar a preparação, instrução e liquidação dos processos referentes às contas mencionadas no presente diploma.

Art. 4.º O presidente do Tribunal emitirá as instruções necessárias à execução deste decreto-lei.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 22 de Dezembro de 1980. — *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Promulgado em 15 de Janeiro de 1981.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO,
DA AGRICULTURA E PESCAS
E DO COMÉRCIO E TURISMO

Decreto-Lei n.º 19/81
de 28 de Janeiro

Não só os compromissos emergentes do processo de integração europeia, mas principalmente a necessidade de racionalizar a participação do Estado nos mercados agrícolas, impõem alterações estruturais e institucionais que urge iniciar, de forma a reduzir as dissonâncias entre a economia portuguesa e a da CEE na altura da adesão. Uma das áreas críticas deste processo de racionalização situa-se nos mecanismos de intervenção do Estado nos mercados agrícolas, tradicionalmente a cargo dos organismos de coordenação económica. Há que reforçar essa intervenção naquilo que tenha a ver com a garantia à produção de preços marginais e a garantia ao consumidor de preços não especulativos concomitantemente com um processo de liberalização dos mesmos mercados, de forma que as transacções se efectuem, tanto quanto possível, entre agentes económicos privados, automaticamente condicionados nas suas virtualidades de acção especulativa, nos dois sentidos, pela presença do organismo de intervenção.

A situação actualmente existente no mercado do suíno determina, da parte da Administração, a necessidade de promover as modificações necessárias para o seu melhor funcionamento, através de medidas de normalização, regularização e disciplina, integrando-as dentro do processo gradual de aproximação das regras existentes na CEE.

Com este objectivo estabelece o presente diploma os princípios gerais que devem reger o sector, institucionalizando um regime de intervenção não permanente, mas automático, através de um sistema de preços e outros mecanismos complementares, a regulamentar através de portarias.

Assim, são estabelecidos um limite máximo e mínimo — respectivamente o preço de intervenção superior e o preço de compra — que servirão de

indicadores para as intervenções a realizar pelo organismo de intervenção, procurando-se, deste modo, situar o preço de mercado entre estes parâmetros, evitando-se as grandes oscilações de preços que se têm vindo a traduzir em avultados prejuízos para os produtores e consumidores.

É consignado neste regime um papel preponderante ao organismo de intervenção, na medida em que lhe caberá assegurar o funcionamento do sistema pela compra ou distribuição de carcaças sempre que o preço constatado no mercado nacional se aproxime do preço de compra ou atinja o preço de intervenção superior.

Por outro lado, e porque se reconhece como necessária a intervenção das organizações da produção, do comércio, da indústria e dos consumidores, é também criada a Comissão Consultiva do Mercado da Carne de Suíno, a qual terá um papel importante no processo conducente à fixação dos preços de compra e de intervenção superior e na gestão e racionalização do mercado da carne de suíno.

Prevê ainda o presente diploma a possibilidade de o organismo de intervenção recorrer a importações de carcaças de suíno, sempre que se torne necessário aumentar a oferta no mercado nacional e se verifique que os stocks existentes e a produção são insuficientes para restabelecer o equilíbrio do mercado.

Finalmente, tendo em vista o processo dinâmico em curso de adaptações estruturais e institucionais, remeta-se para portaria a definição da entidade que assegurará, dentro do período transitório que já se vive, as funções do referido organismo de intervenção.

Nestes termos:

O Governo decreta, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Ficam abrangidos pelo regime de intervenção previsto no presente diploma:

- a) Os animais vivos de espécie porcina, com exclusão dos reprodutores;
- b) As carnes da espécie porcina frescas, refrigeradas ou congeladas.

Art. 2.º Com vista a uma regularização do mercado da carne de suíno, compete ao organismo de intervenção desencadear as seguintes medidas de intervenção:

- a) Apoiar a armazenagem no sector privado e cooperativo;
- b) Proceder a aquisições no mercado interno;
- c) Aumentar a oferta interna pela distribuição de carne de suíno.

Art. 3.º — 1 — Para efeitos da aplicação das medidas previstas no artigo anterior, serão estabelecidos os seguintes tipos de preços:

- a) Preço de compra: preço pelo qual o organismo de intervenção intervirá no mercado, adquirindo carcaças de suíno;
- b) Preço de intervenção superior: preço máximo que, quando alcançado no mercado, levará o organismo de intervenção a proceder à distribuição de carne de suíno.

2 — Entende-se por preço de mercado o preço médio constatado nos mercados mais representativos, ponderados pela sua importância económica, refe-

rido à 1.ª categoria da grelha de classificação de carcaças.

3 — Na determinação do preço de compra e do preço de intervenção superior ter-se-á em conta a necessidade de estabilizar o mercado, de evitar excedentes ou carências estruturais, de assegurar rendimentos justos à produção e de garantir preços não especulativos nos mercados dos consumidores.

Art. 4.º Quando o preço de mercado seja inferior a 105 % do preço de compra e se mantenha a esse nível durante uma semana, o organismo de intervenção desencadeará as medidas de intervenção referidas nas alíneas a) e b) do artigo 2.º

Art. 5.º Quando o preço de mercado atinja o preço de intervenção superior e se mantenha a esse nível durante uma semana, o organismo de intervenção desencadeará a medida de intervenção referida na alínea c) do artigo 2.º

Art. 6.º No caso previsto no artigo 4.º, quando se opte por proceder a aquisições no mercado interno, a intervenção do organismo de intervenção será feita obrigatoriamente ao preço de compra.

Art. 7.º No caso previsto no artigo 5.º, a distribuição de carne de suíno a realizar pelo organismo de intervenção será feita ao preço de intervenção superior.

Art. 8.º Em situações de graves perturbações do mercado, em que se constate a ineficácia dos mecanismos previstos nos artigos anteriores, as regras constantes deste decreto-lei poderão ser suspensas e substituídas por outras, de carácter excepcional e com duração transitória, mediante portaria assinada conjuntamente pelos Ministros das Finanças e do Plano, da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo.

Art. 9.º O organismo de intervenção definirá e publicitará através da imprensa:

- a) Nos casos previstos no artigo 4.º, a forma de intervenção, os locais de intervenção, o período de intervenção, os quantitativos e a qualidade a adquirir ou a armazenar;
- b) No caso previsto no artigo 5.º, a data de introdução no mercado nacional da carne de suíno, as quantidades, a qualidade e a forma como se procederá à distribuição;
- c) No caso previsto no artigo 8.º, idêntica pormenorização das medidas excepcionais referidas.

Art. 10.º É criada a Comissão Consultiva do Mercado da Carne de Suíno, a qual terá por objectivo dar parecer sobre:

- a) As medidas tendentes a promover uma melhor organização do mercado de carne de suíno;
- b) As medidas tendentes a melhorar a qualidade da carne de suíno;
- c) As medidas tendentes ao estabelecimento das previsões da produção a curto e a longo prazo;
- d) As medidas de intervenção e regularização do mercado;
- e) A afixação dos preços de compra e de intervenção superior.

Art. 11.º — 1 — Para efeitos do disposto na alínea c) do artigo 2.º, o organismo de intervenção poderá proceder, se necessário, à importação de carne de suíno.

2 — Com vista à estabilização do mercado e protecção da produção nacional, e enquanto persistirem impedimentos de ordem sanitária que não permitam a normalização das exportações de carne de suíno e seus derivados, o organismo de intervenção poderá assegurar transitoriamente, no uso da competência delegada pelo Ministério do Comércio e Turismo, o controle de quaisquer outras importações de carne de suíno.

Art. 12.º Constituirá receita ou encargo do Fundo de Abastecimento a diferença entre o preço de compra, adquirido ou importado pelo organismo de intervenção, acrescido das despesas de abate, congelação, armazenagem e transporte e o seu preço de venda ao comércio ou indústria.

Art. 13.º Este diploma não é aplicável às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Art. 14.º A regulamentação deste decreto-lei será efectuada:

- a) Por portaria dos Ministros da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo, definindo a entidade ou entidades da Administração Pública a quem competem as funções do organismo de intervenção previsto neste decreto-lei;
- b) Por portaria dos Ministros das Finanças e do Plano, da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo, estabelecendo os preços de compra e de intervenção superior;
- c) Por portaria dos Ministros da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo, definindo a composição e as normas de funcionamento da comissão referida no artigo 10.º;
- d) Por portaria do Ministro da Agricultura e Pescas, fixando as normas de classificação comercial das carcaças de suíno e definindo os mercados representativos e a forma de constatação dos preços de mercado.

Art. 15.º O presente diploma entra em vigor no dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 22 de Dezembro de 1980. — *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Promulgado em 15 de Janeiro de 1981.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Decreto-Lei n.º 20/81

de 28 de Janeiro

Com o agravamento da crise petrolífera mundial importa recorrer a todos os meios para reduzir a nossa dependência do petróleo importado, aproveitar o mais possível os subprodutos e desperdícios energéticos eventualmente existentes, valorizar os recursos energéticos nacionais e racionalizar a utilização de equipamentos já instalados.

Não obstante o sistema electroprodutor nacional ter uma importante componente hídrica, o custo da produção marginal é o das suas centrais térmicas, funcionando com produtos derivados do petróleo.

Ora é sabido que numerosas entidades industriais e agrícolas podem, acessoriamente, produzir energia eléctrica utilizando resíduos ou subprodutos, recursos naturais renováveis, energia dos efluentes ou, ainda, técnicas que, combinando as necessidades de calor para o processo com as de energia eléctrica, conduzem a um menor consumo de energia primária. Pois, em muitos casos, a energia eléctrica que assim é ou poderia ser autoproduzida excede as necessidades próprias das instalações, tornando-se disponível para alimentar a rede nacional.

Mas, podendo desse modo concorrer para a redução do consumo dos produtos do petróleo utilizados nas centrais térmicas do sistema electroprodutor nacional, têm os autoprodutores encontrado dificuldades que originam o subaproveitamento das suas potencialidades. De entre elas destacam-se os elevados custos do capital e a distorção introduzida no cálculo económico resultante do facto de os preços dos produtos do petróleo em causa ainda se encontrarem subsidiados.

Torna-se portanto necessário motivar a autoprodução aconselhável, criar condições que incentivem a sua expansão e proceder à regulamentação dessa actividade.

Assim, o Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Aquisição e perda da qualidade de autoprodutor

Artigo 1.º — 1 — A qualidade de autoprodutor de energia eléctrica poderá ser reconhecida ao proprietário, pessoa singular ou colectiva, de instalações que, acessoriamente, produzam energia eléctrica nas condições estabelecidas por este diploma.

2 — O reconhecimento dessa qualidade depende de requerimento do interessado, apresentado com o respectivo estudo técnico-económico e com a documentação necessária.

Art. 2.º — 1 — Para os efeitos deste decreto-lei, o reconhecimento da qualidade de autoprodutor compete à Direcção-Geral de Energia, sob parecer da Electricidade de Portugal, E. P. (EDP).

2 — O reconhecimento a que se refere o número anterior deverá ser produzido no prazo máximo de noventa dias após a entrega do respectivo requerimento.

3 — A Direcção-Geral de Energia poderá prescindir desse parecer se não dispuser dele até trinta dias depois de o ter solicitado.

Art. 3.º — 1 — Não pode ser considerado autoprodutor, para os efeitos previstos neste decreto-lei, quem pretenda utilizar recursos energéticos, resíduos ou subprodutos de qualquer origem, industrial, florestal, agrícola, urbana ou outra, que sejam susceptíveis de utilização mais racional, quer para o processo principal de fabrico quer para outro fim.

2 — No caso de recursos ou materiais específicos do sector agrário, a autorização prevista no número anterior carece de parecer favorável do Ministério da Agricultura e Pescas, através da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola.